



European Economic and Social Committee

CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Dezembro 2019 | PT

[A perspetiva dos cidadãos - um podcast do CESE](#)

Episódio 1 – **O que aconteceu ao Estado de direito ?**

Your browser does not support the audio element.

A perspetiva dos cidadãos é uma nova série de podcasts criada pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE). Explora os temas da atualidade que todos parecem estar a debater, mas sob o prisma da sociedade civil, com testemunhos de partes interessadas no terreno e intervenções dos membros do CESE que representam os seus interesses em Bruxelas.

O primeiro episódio, intitulado **O que aconteceu ao Estado de direito?**, conta com a participação de **José Antonio Moreno Díaz**, membro espanhol do CESE, que explica de que forma o Grupo para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito do CESE está a contribuir para lutar contra os ataques crescentes aos valores fundamentais da UE, como os descritos pelos dois outros convidados deste episódio: **Jolanta Kurska**, da Fundação Geremek, na Polónia, e **Wojciech Przybylski**, chefe de redação da publicação «Visegrad Insight», em Varsóvia. (II)

Línguas disponíveis:

[bg](#) [cs](#) [da](#) [de](#) [el](#) [en](#) [es](#) [et](#) [fi](#) [fr](#) [ga](#) [hr](#) [hu](#) [it](#) [lt](#) [lv](#) [mt](#) [nl](#) [pl](#) [pt](#) [ro](#) [sk](#) [sl](#) [sv](#)

Editorial



«Uma sociedade igualitária seria uma sociedade em que o termo “género” não existe e em que cada um pode ser como é», declarou a jornalista e feminista americana Gloria Steinem.

Contudo, para alcançarmos este objetivo, temos de redobrar de esforços. Apesar dos progressos realizados, a igualdade entre homens e mulheres continua a não passar de um sonho. No Comité Económico e Social Europeu (CESE), trabalhamos há anos para sensibilizar a opinião pública para este assunto e para o colocar na agenda. Não queremos continuar a ouvir meras declarações de boas intenções em matéria de igualdade, queremos decisões políticas para atingir este objetivo.

Temos de vencer os estereótipos sexistas. Temos de lutar contra os estereótipos veiculados por certos meios de comunicação social, grupos religiosos e outros intervenientes. Exigimos que a desigualdade de género seja combatida ativamente em todas as frentes. Caso contrário, teremos de esperar mais cem anos para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

A educação e a formação devem guiar a opinião pública e influenciá-la positivamente em matéria de igualdade entre homens e mulheres, bem como contribuir para aumentar a pressão no sentido de uma maior representação das mulheres na sociedade, na economia, na política e na tomada de decisões.

O Tratado de Roma, assinado em 25 de março de 1957, consagrava já a igualdade entre homens e mulheres enquanto questão central, tendo o princípio do salário igual por trabalho igual sido inscrito logo nos primeiros tratados. Mais de 60 depois, não conseguimos sequer atingir este simples objetivo na luta pela igualdade entre homens e mulheres.

Além disso, o mundo do trabalho continua a não refletir a representação dos sexos na população: embora representem 51% da população da UE, apenas 67% das mulheres trabalham. Entre os empresários, só 31% são mulheres. A nível mundial, as mulheres representam apenas 39% da população ativa e contribuem somente para 37% do PIB mundial. Este desequilíbrio põe um freio ao crescimento económico sustentado, à inovação e ao progresso social.

De acordo com os estudos realizados, se as mulheres tivessem uma taxa de atividade igual à dos homens, o PIB mundial poderia aumentar 26% até 2025. A desigualdade entre homens e mulheres não é, portanto, apenas uma questão moral e social,

mas também um desafio económico.

A nossa instituição reflete também esse desequilíbrio, já que somente 30% dos nossos membros são mulheres.

O CESE decidiu, por conseguinte, dedicar a edição de 2019 do seu emblemático Prémio para a Sociedade Civil às organizações que lutam por uma maior presença das mulheres no tecido socioeconómico da UE. Este prémio recompensa as iniciativas e os projetos inovadores em prol da igualdade de oportunidades entre os géneros e da igualdade de tratamento em todos os domínios.

Os cinco melhores projetos já foram selecionados. Tenho muito orgulho em anunciar que o prémio será atribuído aos que tentam fazer deste mundo um lugar melhor, não apenas para as mulheres, mas para toda a nossa sociedade!

Este número do Boletim do CESE é o último do ano corrente, pelo que gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer a todos a excelente colaboração e desejar um feliz ano de 2020.

Isabel Caño Aguilar

Vice-presidente responsável pela Comunicação

Agenda

19 de dezembro de 2019, Bruxelas

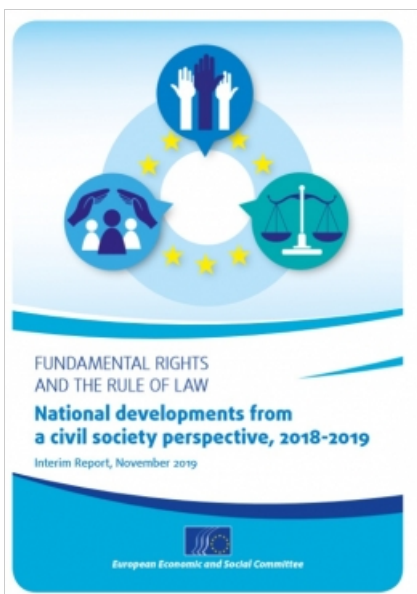
16.ª reunião do Grupo Consultivo Interno UE-América Central

22 e 23 de janeiro de 2020, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

Em síntese

[CESE organiza pela primeira vez conferência dedicada ao Estado de direito](#)



Realizada em 5 de novembro, em Bruxelas, a conferência do CESE sobre « [Direitos fundamentais e o Estado de direito - Tendências na UE na perspetiva da sociedade civil](#)» lançou um alerta urgente para envolver a sociedade civil na promoção de uma cultura do Estado de direito na Europa.

Face ao número crescente de relatos de violações dos valores fundamentais da UE, esta conferência salientou a necessidade de um diálogo ponderado e estruturado entre os governos e a sociedade civil para inverter o retrocesso do Estado de direito na UE.

A conferência teve por base o [relatório](#) do CESE publicado recentemente sobre a situação do Estado de direito na Europa, o qual foi compilado pelo Grupo do CESE para os Direitos Fundamentais e o Estado de Direito, na sequência das suas visitas iniciais realizadas aos Estados-Membros em 2018 e 2019. Estas visitas tinham como objetivo detetar as tendências gerais patentes nesse valor fundamental da UE e especificidades nacionais. O grupo prevê visitar todos os Estados-Membros da UE nos próximos anos. (II)

[Comité Económico e Social Europeu apresenta novo logótipo](#)

Com os seus três arcos, o novo logótipo simboliza o espírito de compromisso entre os três grupos do Comité, que está no cerne do trabalho do CESE.

O atual logótipo permaneceu inalterado durante 21 anos. O novo está em consonância com os logótipos das demais instituições da UE e visa reforçar a identidade visual do Comité, não só no contexto institucional de Bruxelas, mas também nos Estados-Membros.

O novo logótipo será utilizado em toda a gama de produtos visuais durante os próximos dez meses e deve ser plenamente aplicado a tempo da renovação do mandato do CESE em outubro de 2020. (ks)



Votos de Boas Festas



Queremos agradecer o vosso interesse manifestado ao longo de 2019. Apreciamos enormemente cada «gosto», cada partilha, cada retuíte e cada palavra de incentivo!

Desejamos a todas e a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano 2020!

A equipa do CESE Info

Equipa do CESE Info

Notícias do CESE

[Parlamento Europeu dá luz verde à nova Comissão Europeia, que assume funções em 1 de dezembro de 2019](#)



Declaração de Luca Jahier, presidente do CESE

Equipa #vonderleyen recebe luz verde: Rumo a uma Europa sustentável em prol dos seus cidadãos!

27.11.2019

A votação de hoje no Parlamento Europeu abriu caminho a uma nova era na Europa. Estou convencido de que a nova presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e a sua equipa de vice-presidentes executivos, vice-presidentes e comissários conferirão uma nova dinâmica ao nosso continente, após os resultados encorajadores das eleições europeias de maio. Os nossos cidadãos deram-nos cinco anos para construir a Europa do futuro, e não devemos desperdiçar esta oportunidade.

A estratégia para a Europa da presidente da nova Comissão, que inclui o Pacto Ecológico como a nossa nova estratégia de crescimento para uma Europa sustentável, a igualdade de género e os direitos fundamentais, reflete em grande medida as prioridades do Comité Económico e Social Europeu (CESE). A nossa casa da sociedade civil europeia acredita firmemente que é tempo de a UE adotar e aplicar uma estratégia sustentável e ambiciosa, o que exigirá uma mudança de mentalidade.

Na sua reunião plenária de outubro, o CESE apresentou o seu contributo para o programa de trabalho da Comissão Europeia para os próximos cinco anos, salientando que a UE se deve concentrar nas alterações climáticas, na digitalização, no Estado de direito e na globalização, e que deve adotar um novo sistema de governação que conte com uma maior participação das organizações da sociedade civil.

O CESE recomenda à Comissão Europeia que estruture o seu futuro programa de trabalho para 2020 e mais além em torno deste pilar. O Comité apela igualmente para a adoção a nível da UE de uma estratégia global de desenvolvimento sustentável até 2050 com vista ao cumprimento da Agenda das Nações Unidas para 2030 e dos seus dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que a União Europeia se comprometeu a realizar até 2030.

É imperativo agir simultaneamente a todos os níveis e criar uma dinâmica de ação para fazer face aos urgentes desafios ambientais, económicos e sociais. É extremamente importante aplicar o pilar social, tendo em vista uma transição justa e equitativa. O Comité salienta igualmente ser fundamental adotar uma nova estrutura de governação da UE, bem como novas regras e instrumentos para a definição e a execução das políticas da UE. Importa, em particular, reforçar o papel do Parlamento Europeu com vista a uma maior responsabilização democrática.

O objetivo da sustentabilidade em todas as suas dimensões requer um esforço e empenho consideráveis de todos os intervenientes. Um debate democrático aberto, assente na participação estruturada da sociedade civil, é, portanto, essencial para tornar a transição justa e eficaz.

Assinalamos igualmente a decisão de Ursula von der Leyen de dar um novo impulso à democracia europeia através de uma conferência sobre o futuro da Europa. Tal conferência tem de ser organizada com a plena participação do CESE, enquanto instituição da UE mais próxima dos cidadãos e expressão mais autêntica da democracia participativa. Por último, é com muito prazer que assisto à cultura ser agora reconhecida como a ponte entre o nosso passado e o nosso futuro, além de ser incluída, com uma designação nova, na pasta da comissária Mariya Gabriel.

Estamos, agora mais do que nunca, empenhados em apoiar uma União que luta por mais.

Tal como a nova presidente afirmou: vamos trabalhar TODOS JUNTOS!

«O Brexit é apenas uma etapa, não o destino final»



A reunião plenária de outubro do Comité Económico e Social Europeu (CESE) incluiu um debate com Michel Barnier, negociador principal da União Europeia para o Brexit, na sessão de 30 de outubro. No debate, Michel Barnier apelou para uma parceria estreita entre a UE e o Reino Unido após o Brexit, tendo presente que a paz na Irlanda deve ser uma prioridade e que «a integridade do mercado único não é negociável».

Michel Barnier partilhou com os membros do CESE a sua análise do estado das negociações relativas ao Brexit e frisou que a Comissão Europeia estava determinada a negociar uma saída ordenada do Reino Unido, pois «*continua a existir o risco de uma saída antes da ratificação de um acordo*». Saliu igualmente que «*o Brexit é apenas uma etapa, não o destino final*», e que o desafio mais importante doravante é forjar uma nova parceria entre a UE e o Reino Unido, assente em dois pilares: relações económicas e cooperação em matéria de segurança e defesa.

O presidente do CESE, **Luca Jahier**, abriu o debate, destacando o papel de relevo que os representantes da sociedade civil poderiam desempenhar depois do Brexit. «*É fundamental não só preservar os laços criados ao longo dos últimos 44 anos com as organizações da sociedade civil do Reino Unido, mas também reforçá-los. O caminho a percorrer é longo e a tarefa é árdua, mas o CESE dará sempre todo o seu apoio*», afirmou Luca Jahier.

E o Prémio CESE para a Sociedade Civil vai para...



O Comité Económico e Social Europeu selecionou cinco finalistas de entre as quase 180 candidaturas de projetos inspiradores ao seu Prémio para a Sociedade Civil 2019 dedicado à emancipação das mulheres e à luta pela igualdade entre homens e mulheres.

Os projetos nomeados são:

- O projeto **Contos de Fadas**, da associação búlgara NAIA, que ensina a igualdade de género a crianças em idade pré-escolar através dos contos de fadas tradicionais;
- **#mimmitkoodaa** (as mulheres codificam), um programa criado pela associação finlandesa de *software* e comércio eletrónico (Ohjelmisto- ja e-business ry) para combater o estereótipo de que todos os criadores de *software* são homens por definição;
- **Strajk Kobiet** (a greve das mulheres polacas), que capacita mulheres ativistas de pequenas e médias cidades a lutar pela mudança;
- **The Brussels Binder**, da Bélgica, que defende uma melhor representação das mulheres nos debates políticos europeus;
- **Toponomastica femminile** (toponímia feminina), um projeto italiano que visa aumentar o número de lugares com os nomes de mulheres notáveis, dando-lhes o reconhecimento público que merecem.

A cerimónia de entrega do prémio realizar-se-á em 12 de dezembro, durante a reunião plenária do CESE, quando for revelada a classificação final. O projeto vencedor receberá 14 000 EUR e os restantes finalistas 9 000 EUR cada.

O CESE escolheu este tema para a edição de 2019 com a intenção de reiterar o seu empenho inequívoco na igualdade entre homens e mulheres que ainda não é uma realidade na Europa. As mulheres continuam a ganhar menos do que os homens, são vítimas de

discriminação e ausência de violência de género. Ao laurear projetos que apresentam resultados concretos na promoção da igualdade de oportunidades, o CESE espera destacar os progressos realizados rumo a uma sociedade mais equitativa para as mulheres e os homens e promover novas ações neste domínio. (II)

Os direitos e a cidadania da UE não devem estar à venda



Nos últimos anos, na sequência da crise financeira, vários Estados-Membros da UE criaram regimes de concessão de cidadania e de residência a investidores para atrair investimento e aumentar as suas receitas. De acordo com um parecer adotado pelo CESE na reunião plenária de outubro, esta prática acarreta riscos graves e deve ser abolida em todos os Estados-Membros da UE.

Muitos Estados-Membros da UE criaram regimes de facilitação do acesso de cidadãos de países terceiros à cidadania da UE ou à obtenção de um título de residência em troca de um investimento significativo no Estado-Membro em causa: os chamados «passaportes dourados» ou «vistos dourados». No seu Parecer – [Regimes dos Estados-Membros para a concessão de cidadania ou de residência a investidores](#), o CESE manifesta-se contra estas práticas e apela para que se eliminem progressivamente estes regimes ou se apresentem

argumentos razoáveis para não o fazer.

O parecer do CESE subscreve o apelo lançado num recente [relatório do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) para se eliminar o mais rapidamente possível todos os regimes existentes. Além disso, um [relatório publicado pela Comissão Europeia](#) assinala que estes regimes representam riscos em termos de segurança, branqueamento de capitais, evasão fiscal e contorno da legislação da UE.

Jean-Marc Roirant, relator do parecer do CESE, sublinhou que «estes regimes não estão frequentemente em conformidade com os direitos fundamentais subjacentes à cooperação europeia» e insistiu na necessidade de suprimir progressivamente os regimes em toda a UE, afirmando que «o CESE está muito preocupado com o facto de os direitos da UE e a cidadania da UE estarem a ser promovidos enquanto produto passível de ser vendido». (dgf)

Desenvolvimento sustentável deve ser prioridade máxima para o futuro da Europa



O desenvolvimento sustentável deve estar no cerne do futuro da Europa. Na resolução elaborada por Patricia Círez Miqueleiz, Rudy De Leeuw e Lutz Ribbe, adotada na reunião plenária de outubro, o CESE aconselha a Comissão Europeia a estruturar o seu futuro plano de trabalho para 2020 e mais além em torno deste pilar. O Comité apela para a adoção a nível da UE de uma estratégia global de desenvolvimento sustentável até 2050 com vista ao cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que a União Europeia se comprometeu a realizar até 2030.

«É para nós motivo de regozijo participarmos, de forma eficaz e equilibrada, na definição das prioridades políticas da UE para os próximos cinco anos. Apoiamos o Pacto Ecológico defendido pela presidente eleita da Comissão, Ursula von der Leyen, como um dos principais motores da mudança. É imperativo agir simultaneamente a todos os níveis e criar uma dinâmica de ação para fazer face aos urgentes desafios ambientais, económicos e sociais», afirmou o presidente do CESE, **Luca Jahier**.

O CESE salienta que a amplitude e o ritmo acelerado da mudança exigem que sejam tomadas rapidamente medidas em quatro domínios: alterações climáticas, digitalização, Estado de direito e globalização. O Comité afirma igualmente que é fundamental adotar uma nova estrutura de governação da UE, bem como novas regras e instrumentos para a definição e a execução das políticas da UE. Importa, em particular, reforçar o papel do Parlamento Europeu com vista a uma maior responsabilização democrática. O CESE contribuiu ativamente para a Conferência sobre o Futuro da Europa, proposta por Ursula von der Leyen para 2020.

«Um erro geoestratégico e histórico»



CESE critica a decisão do Conselho de não abrir as negociações de adesão com a Macedónia do Norte e com a Albânia

O CESE está profundamente desiludido com a decisão dos dirigentes da UE, tomada no Conselho Europeu de 17 e 18 de outubro, de adiar novamente a abertura das negociações de adesão com a Macedónia do Norte e a Albânia.

Luca Jahier, presidente do CESE, considerou «a decisão errada pela segunda vez e uma promessa não cumprida, pondo em causa a credibilidade da Europa», designando a resolução do CESE «um compromisso silencioso de solidariedade».

Na sua resolução, o CESE estima que a não abertura das negociações é um **erro geoestratégico e histórico**. «A UE não se pode esquecer que outros intervenientes a nível mundial estão a alargar a sua influência e a tornar-se mais ativos na região», sublinhou Luca Jahier.

«A Europa representa a esperança nos Balcãs Ocidentais, especialmente para os jovens», afirmou **Dilyana Slavova**, presidente da Secção das Relações Externas do CESE, instando os membros a encararem o alargamento como uma reunificação.

A declaração do 7.º Fórum da Sociedade Civil dos Balcãs Ocidentais reiterou que o alargamento divulgaria os valores democráticos e as normas jurídicas na região dos Balcãs Ocidentais. Os membros alertaram para o facto de não se dever subestimar o sinal que a abertura das negociações teria enviado à população.

«Devemos cumprir a nossa promessa e devemos dar esperança às pessoas», foi a convicção comum. (dgf)

[A cultura pode ser um motor para reforçar a UE](#)



Na reunião plenária do CESE de outubro teve lugar um debate sobre o *rU*ascimento - Uma visão cultural para a Europa.

Na alocução introdutória, o presidente do CESE, **Luca Jahier**, congratulou-se com o facto de Emmanuel Macron ter abraçado a sua ideia de um Renascimento para a Europa. «*Não nos devemos esquecer de que o nosso continente, antes de ser uma ideia política, já era um espaço cultural, e de que um espaço assim não implica homogeneidade, mas deve a sua*

força à variedade e ao movimento.»

Andre Wilkens, diretor da [Fundação Europeia da Cultura](#), afirmou que a cultura poderia ser instrumentalizada para dividir as comunidades, tornando-se uma ameaça para a integração europeia. «*Não devemos subestimar o poder que a cultura tem em fazer a diferença*», concordou **Pier Luigi Sacco**, consultor especial do comissário Tibor Navracsics, explicando de que forma a cultura pode ser um motor de mudança, fazendo com que as pessoas tenham menos receio do desconhecido.

Elke Kaschl Mohni, diretora do [Instituto Goethe em Bruxelas](#), referiu o papel que a cultura assume nas relações externas, tendo colocado a tónica na equidade e nos intercâmbios interpessoais. «*O objetivo das relações culturais é reforçar a confiança e a compreensão*», afirmou. Por último, **Airan Berg**, diretor artístico do [Festival das Regiões](#), explicou de que forma a cultura e a arte podem fazer com que as pessoas saiam da sua zona de conforto.

Luca Jahier concluiu que a cultura deve ser uma prioridade na elaboração de políticas e propôs a criação de um novo órgão do CESE dedicado às questões culturais. (sma)

[CESE apela a iniciativas que aproveitem as enormes oportunidades de crescimento da bioeconomia azul](#)



O potencial da bioeconomia azul continua por explorar na UE. Por conseguinte, o CESE recomenda o desenvolvimento de projetos-piloto pan-europeus que envolvam as partes interessadas locais e a comunidade científica.

A pedido da Presidência finlandesa, o CESE elaborou um parecer exploratório sobre a **bioeconomia azul**, que se debruça sobre as atividades económicas que se baseiam na utilização sustentável dos recursos aquáticos renováveis e nos conhecimentos especializados conexos. O parecer foi adotado na reunião plenária do CESE, em outubro.

Tal como o relator **Simo Tiainen** explicou: «*a recuperação da biodiversidade dos mares, lagos e rios criará novas oportunidades para as empresas. Tal requer inovação tecnológica e apoio financeiro através dos instrumentos adequados*».

A bioeconomia azul deve tornar-se o cerne do programa de cooperação da UE com as Nações Unidas e contribuir para alcançar os objetivos em matéria de alterações climáticas do Acordo de Paris. «*Tal exigirá esforços importantes para restaurar a biodiversidade nas águas marinhas e interiores, bem como para aproveitar o respetivo potencial de captura de carbono. Desta forma, podemos também criar emprego de qualidade nas zonas rurais, costeiras e insulares*», concluiu o correlator **Henri Malosse**. (mr)

[CESE propõe certificação da UE para produtos de inteligência artificial fiáveis](#)



O CESE propõe que a UE institua uma certificação para os produtos de inteligência artificial fiáveis, que deverá ser emitida por um organismo independente após ter testado o seu desempenho à luz de critérios essenciais, como a capacidade de resistência, a segurança e a ausência de preconceitos, discriminação ou parcialidade. A proposta foi apresentada em dois pareceres recentes do CESE sobre as [orientações éticas da Comissão Europeia em matéria de inteligência artificial](#).

O CESE considera que tal certificação contribuiria significativamente para reforçar a confiança dos cidadãos europeus na inteligência artificial. Embora haja quem insista em que é necessário tornar os algoritmos inteligíveis para que as pessoas confiem nas aplicações de inteligência artificial, o facto é que os sistemas de inteligência artificial e de aprendizagem automática são tão complexos que nem

mesmo quem os desenvolve sabe ao certo qual será o seu resultado, tendo que conceber instrumentos de ensaio para conhecer as limitações desses mesmos sistemas.

O CESE propõe que estes ensaios sejam confiados a um organismo independente - uma agência, um consórcio ou qualquer outra entidade a determinar - que testaria os sistemas, avaliando o seu desempenho no que toca à ausência de preconceitos, discriminação e parcialidade, bem como à capacidade de resistência, robustez e, particularmente, segurança. As empresas poderiam utilizar a certificação para demonstrar que estão a desenvolver sistemas de inteligência artificial seguros, fiáveis e conformes com as normas e os valores europeus.

Segundo Franca Salis-Madinier, relatora do [parecer do CESE sobre a comunicação da Comissão Europeia](#), «*podemos comparar os produtos de inteligência artificial aos medicamentos. Os medicamentos podem ser benéficos, mas também perigosos, e antes de poderem ser colocados no mercado têm de ser submetidos a um processo de certificação. Os fabricantes têm de demonstrar que efetuaram ensaios e testes suficientes para assegurar que o seu produto é benéfico. Devemos adotar esta mesma abordagem para as máquinas de inteligência artificial*».

O CESE salienta ainda que é necessário definir regras claras em matéria de responsabilidade. «A responsabilidade dev

caso de erro», afirma Ulrich Samm, relator do [parecer do CESE sobre as implicações das orientações éticas em matéria de inteligência artificial para o setor automóvel](#). Segundo o CESE, a segurabilidade dos sistemas de inteligência artificial é outra questão que tem de ser analisada com caráter prioritário. (dm)

Cadeia de blocos: UE deve tornar-se líder mundial, defende o CESE



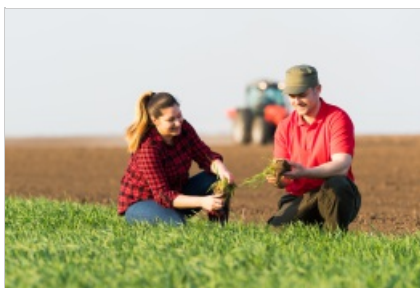
A tecnologia de cadeia de blocos tem potencial para transformar a sociedade, mas são necessárias clareza e segurança jurídicas e, por conseguinte, uma abordagem comum a nível da UE. É esta a mensagem principal de um parecer de iniciativa adotado pelo CESE em 30 de outubro, que insta igualmente a Comissão Europeia a lançar uma iniciativa abrangente para fazer da UE uma autoridade mundial neste domínio.

Esta tecnologia pode ser aplicada em muitos setores para aumentar a segurança e a transparência, podendo até contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, afirma o CESE no seu parecer, há ainda vários desafios por superar, nomeadamente a questão urgente da garantia de clareza e segurança jurídicas e da proteção da privacidade.

Por conseguinte, o CESE apela à adoção de uma abordagem comum a nível da UE e insta a Comissão a lançar uma iniciativa abrangente, centrada nos ODS. Esta iniciativa deverá ser complementada por um plano de ação para que a Europa se torne um ponto de referência em matéria de cadeia de blocos a nível mundial.

Para este efeito, eliminar a incerteza jurídica atual constitui uma prioridade. O atual quadro legislativo é pouco claro e fragmentado a nível dos Estados-Membros. É também essencial proteger a privacidade, assegurar a interoperabilidade entre as diferentes plataformas de tecnologia de cadeia de blocos e reduzir os custos de transação que são, em muitos casos, proibitivos. (dgr)

CESE apela a uma PAC que contribua para assegurar a renovação geracional



A cooperação e a parceria entre a UE, os governos nacionais e a sociedade civil serão fundamentais para promover a renovação geracional da população agrícola.

«A renovação geracional é um problema que vai muito além da diminuição da idade média dos agricultores da UE. É essencialmente uma questão de repensar toda a estratégia, de forma a atrair os jovens para a profissão de agricultor, revitalizando assim o mundo rural», sublinhou Piroska Kállay, relatora do parecer do CESE sobre a matéria, que foi adotado na reunião plenária do CESE, em outubro.

«É necessária uma maior coerência entre as medidas da PAC e os quadros jurídicos nacionais e as políticas fiscais, a fim de facilitar a transferência das explorações», afirmou o correlator John Bryan.

As maiores preocupações dos jovens agricultores europeus são o rendimento das explorações agrícolas, a burocracia, a concorrência desleal, o financiamento, o acesso à terra, o acesso a metodologias de transferência de conhecimentos práticos, a falta de serviços básicos, como a Internet de banda larga, e o isolamento social. A prossecução bem-sucedida da renovação geracional é um dos desafios mais importantes dos nossos dias, constituindo igualmente uma oportunidade.

Por conseguinte, é extremamente importante abordar todas estas questões no orçamento da PAC para 2021-2027, a fim de cumprir os requisitos de financiamento que permitem um apoio significativo. Neste sentido, o CESE propõe que uma dotação mínima de 2% do orçamento da PAC (primeiro e segundo pilares) se destine a apoiar os jovens agricultores. (mr)

Semestre Europeu: Ciclo de 2020 deve centrar-se no crescimento sustentável e integrador



O CESE apela para que, em 2020, a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros vise evitar o risco de recessão e orientar a economia da UE para um crescimento sustentável e integrador. Tal deve incluir maiores esforços de reforma, investimento, conformidade com o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos (PDM), bem como uma participação mais estruturada da sociedade civil no processo do Semestre Europeu.

Em três documentos adotados recentemente, o CESE congratulou-se com a evolução do Semestre Europeu em 2019, tal como a nova tónica no investimento e o papel mais importante dos objetivos sociais e ambientais. No entanto, solicitou igualmente novos ajustamentos passíveis de melhorar o Semestre Europeu, de atenuar os riscos atuais e de reforçar a capacidade de resistência e o potencial de crescimento da UE e das economias da área do euro.

O CESE estima, por exemplo, que é essencial que a política orçamental acompanhe a política monetária acomodatória do Banco Central Europeu, através de uma orientação orçamental positiva a nível agregado na área do euro, no respeito dos princípios da disciplina orçamental.

Tal deve ser acompanhado de outras medidas importantes no âmbito do próximo ciclo do Semestre Europeu, que:

- incentivem reformas estruturais eficazes, através de estratégias de investimento bem orientadas;
- se centrem simultaneamente nos objetivos sociais, ambientais, macroeconómicos e orçamentais;
- promovam mais investimento público e privado;
- abordem a baixa conformidade dos Estados-Membros com o PDM.

Por último, o CESE insta à maior participação da sociedade civil no Semestre Europeu, ao nível europeu, ao nível nacional e em todas as fases. Tal pode conduzir a um empenho acrescido nas reformas e uma maior apropriação das mesmas a nível nacional e, por conseguinte, a um exercício mais eficaz e sustentável. Neste contexto, o Comité recomenda que se organize, em todos os países e ao nível da UE, uma consulta anual da sociedade civil, sob a sua égide.

O Comité deu o seu contributo estratégico para o próximo ciclo do Semestre Europeu mediante dois aditamentos a pareceres, respetivamente sobre a [Análise Anual do Crescimento](#) e a [Recomendação sobre a política económica da área do euro](#), bem como um [relatório de informação](#) sobre as visitas aos Estados-Membros referentes à participação da sociedade civil no processo do Semestre Europeu. (jk)

Setor ferroviário: modelo para uma transição harmoniosa e inclusiva para a era digital



Num parecer de iniciativa adotado em outubro, a Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) do Comité Económico e Social Europeu (CESE) apelou para uma [transição setorial inclusiva para um setor ferroviário digitalizado](#) e convidou a Comissão Europeia a lançar uma iniciativa para mobilização do investimento necessário no valor de 100 mil milhões de euros.

«Acelerar a digitalização implica acelerar também a implantação do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário», afirmou o relator, Alberto Mazzola. *Ac que acrescentou: «O setor do transporte ferroviário pode tornar-se no eixo central do desenvolvimento da vertente "mobilidade" de uma identidade digital europeia, através de um enquadramento regulamentar que promova a concorrência e a inovação».*

Do topo da agenda deve igualmente constar a elaboração de um quadro técnico e jurídico. «Os parceiros sociais europeus têm de estabelecer um diálogo para antecipar e atenuar o impacto da automação e da digitalização, assegurando, assim, uma transição justa», frisou o correlator, Guy Greivelding.

Na transição para um sistema ferroviário digitalizado importa igualmente ter em consideração o aspeto da segurança e adotar medidas destinadas a desenvolver uma cibersegurança sólida. Por conseguinte, o CESE recomenda uma colaboração mais estreita, neste domínio, entre a Agência da União Europeia para a Cibersegurança e a Agência Ferroviária da União Europeia. (sma)

Notícias dos grupos

As empresas podem apoiar a sustentabilidade



Barcelona, Espanha.

pelo Grupo dos Empregadores do CESE

A sustentabilidade é extremamente importante para as empresas e os empregadores, que desempenham um papel fundamental enquanto motores do desenvolvimento. Uma economia sólida é um fator necessário para o desenvolvimento sustentável. Devemos encontrar soluções que sejam benéficas em termos económicos, sociais e ambientais. Embora várias partes interessadas encarem a sustentabilidade em grande parte da mesma forma, divergem muitas vezes quanto à via para a alcançar.

Estas são algumas das conclusões do debate sobre a forma de as empresas promoverem a sustentabilidade, que decorreu em 21 de novembro de 2019, em

«As empresas não são um obstáculo à sustentabilidade, mas sim a solução», afirmou Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores, no seu discurso de boas-vindas. Salientou que as empresas oferecem e aplicam soluções para o ambiente e para o clima.

Durante o debate principal, os representantes dos três grupos do CESE apresentaram os seus pontos de vista sobre a sustentabilidade. O debate mostrou que, apesar das opiniões divergentes sobre a sustentabilidade entre os empregadores, os trabalhadores e os ambientalistas, há também importantes pontos em comum. «A concorrência é essencial para o desenvolvimento sustentável, requerendo um enquadramento regulamentar adequado, mas de forma alguma mais regulamentação», declarou Tellervo Kylä-Harukka-Ruonala, resumindo o debate.

A reunião teve lugar durante a Semana Mediterrânica de Líderes Económicos (MedaWeek), uma conferência anual que promove a integração económica do Mediterrâneo. Os membros do Grupo dos Empregadores intervieram no New Africa Business Development Forum [Novo Fórum para o Desenvolvimento Empresarial de África], na ECOmeda Sustainability Summit [Cimeira sobre a Sustentabilidade ECOmeda] e no Mediterranean Women Entrepreneurs Forum [Fórum das Mulheres Empresárias do Mediterrâneo]. Durante o jantar de gala, Jacek Krawczyk recebeu um prémio pelo seu contributo para o desenvolvimento do setor privado euro-mediterrânico. (lj)



pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

A digitalização, as alterações climáticas, a demografia e a globalização são as quatro questões que dominam as prioridades políticas no novo mandato do Parlamento Europeu e da Comissão. Para as enfrentar, é imperativo um novo modelo industrial sustentável que proporcione uma transição justa para uma economia circular e ecológica. Experiências passadas (como a do movimento dos coletes amarelos) ensinaram-nos que estas medidas urgentes não receberão o apoio da população se ignorarem os trabalhadores e se só estes suportarem os encargos.

É necessária uma estratégia global que capacite os cidadãos e os trabalhadores, garanta a sustentabilidade e proteja os direitos fundamentais. Para avançar rumo a um futuro inclusivo, a União Europeia deve desenvolver instrumentos juridicamente vinculativos que garantam um nível mínimo de rendimento, estabelecendo um limiar para salários mínimos dignos, bem como quadros comuns para o seguro de desemprego.

Para o efeito, o investimento social (na saúde, educação, inclusão social e transição ecológica) deve ser excluído do Pacto de Estabilidade e Crescimento através de uma regra de ouro que assegure o correto desenvolvimento e aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a sustentabilidade das finanças públicas. Os esforços em prol da sustentabilidade devem, por conseguinte, ter em conta as dimensões social, económica e ambiental, enquanto os encargos e as responsabilidades devem ser distribuídos em conformidade, nomeadamente no que diz respeito à tributação. O diálogo social, a participação dos parceiros sociais no processo de elaboração de políticas e o respeito pela negociação coletiva e os direitos dos trabalhadores são instrumentos fundamentais para alcançar esta transição justa, que não deixa ninguém para trás. (prp)

Novos modelos de referência para as sociedades na Europa



Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Uma vez que a igualdade de género é definida como prioridade pela presidente eleita da Comissão Europeia e que a Diretiva da UE relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores se encontra atualmente em fase de transposição para os ordenamentos jurídicos internos dos Estados-Membros, é crucial rever as interações entre igualdade de género, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, parentalidade, tipos de famílias contemporâneas, cuidadores, assistência a familiares com deficiência, envelhecimento e demografia.

A fim de analisar as interações entre estes aspetos, o Grupo Diversidade Europa do CESE organizou, em 12 de novembro, uma conferência de alto nível sobre o tema «*Novos modelos de referência para as sociedades na Europa*», moderada por Ralph Sina, diretor do estúdio das emissoras WDR/NDR, em Bruxelas.

Entre os oradores estiveram Virginija Langbakk, diretora do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, Annemie Drieskens, presidente da COFACE Europe, e Dominique Boren, ex-presidente da Rede Europeia de Associações de Famílias LGBTIQ* (NELFA).

Uma solução proposta por Arno Metzler, presidente do Grupo Diversidade Europa, foi a criação de um Parlamento Europeu da Família, em que todas as partes interessadas poderiam estabelecer contactos e trocar boas práticas.

As apresentações dos oradores estão disponíveis [aqui!](#)

Em breve no CESE / eventos culturais

Exposição fotográfica e filme encerram as atividades culturais do CESE em 2019

Uma exposição fotográfica dedicada a um dos principais locais do património industrial da Croácia e um filme que convida à reflexão, em que o diferente é o novo normal, encerram o programa cultural do CESE em 2019.

Está patente nas instalações do CESE uma exposição fotográfica relacionada com as atividades do Comité no domínio das mutações industriais. Sob o título «*O património industrial da cidade de Sisak - Passado e futuro*», a exposição, com curadoria do Museu da Cidade de Sisak e da Galeria de Fotografia «Siscia Obscura», apresenta uma série de fotografias desta cidade croata através da lente de fotógrafos croatas famosos. A exposição, organizada pelo Grupo dos Trabalhadores no CESE, foi inaugurada oficialmente em 27 de novembro e estará patente no Atrium 6 até ao final do ano.

Para assinalar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência 2019, em 19 de dezembro, será projetada no CESE a curta-metragem muda «*Downside Up!*», um filme sobre «ser diferente», distinguido com vários prémios internacionais. O diretor artístico do [Theatre Stap](#), uma companhia de teatro belga que trabalha com atores com deficiência, e o protagonista do filme estarão presentes no visionamento para um debate e troca de pontos de vista com o público sobre o [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) e o cumprimento da [Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). A projeção do filme é organizada pelo Departamento da Comunicação do CESE e pelo seu Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades (COPEC). (ck)



Editores:

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)

Daniela Marangoni (dm)

David Gippini Fournier (dgf)

Colaboraram nesta edição:

Anna Skulavikova (as)

Daniela Marangoni (dm)

David Gippini Fournier (dgf)

Isabelle Henin (ih)

Jasmin Kloetzing (jk)

Laura Lui (ll)

Leszek Jarosz (lj)

Marco Pezzani (mp)

Pablo Ribera Paya (prp)

Silvia M. Aumair (sma)

Coordination:

Agata Berdys (ab)

Katerina Serifi (ks)

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu

Edifício Jacques Delors, Rue

Belliard, 99, B-1040

Bruxelas, Bélgica

Tel. +32 2 546 94 76

Correio eletrónico:

eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra

no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

Dezembro 2019/12

11-2019